

**Palestra proferida por Sua
Excelência, Presidente da
Assembleia Nacional de São Tomé
e Príncipe sob o tema: “A
Edificação da Paz pela
Responsabilidade Colectiva”
(Díli, 10/04/14)**

**Senhor Presidente da Assembleia
Parlamentar da CPLP e Presidente
da Assembleia Nacional de Angola,
Excelência,**

**Senhor Presidente do Parlamento
Nacional de Timor Leste,
Excelência,**

**Senhoras e Senhores Chefes das
Delegações dos Parlamentos de**

**Moçambique e Portugal,
Excelências,**

**Ilustres Senhoras Membros da
Rede das Mulheres da AP-CPLP,**

**Excelentíssimos Senhores
Secretários-gerais,**

Ilustres Convidados

Minhas senhoras e Senhores

É com imensa satisfação que me dirijo a esta Augusta Assembleia para, em primeiro lugar, saudar todos os presentes e, muito particularmente, Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional da República Democrática do Timor Leste, e

através de vós o povo timorense, merecedor de todo o nosso tributo.

Quero igualmente agradecer, em nome dos deputados que integram a delegação de São Tomé e Príncipe e em meu nome pessoal, a hospitalidade fraterna que nos tem sido brindada desde a nossa chegada a este maravilhoso país.

Na abordagem do tema “ A Edificação da Paz pela Responsabilidade Colectiva”, permitam-me citar o Reverendo *SUN MYUNG MOON*, da Federação para a Paz Mundial:

“Quando entramos na era da internacionalização e globalização do século XXI, somos confrontados

com a urgente tarefa de superar um número maior de difíceis obstáculos para a paz mundial (...)”. Fim de citação.

Gostaria de recordar que aquando da realização da IV Assembleia Parlamentar da CPLP, a então nossa anfitriã, a Assembleia Nacional de Angola, assumiu como lema “A Cultura da Paz na CPLP”, que deveras me sensibilizou e me serviu de inspiração para a apresentação do tema em apreço.

Excelências,

Com o fim da guerra fria, a era actual exige uma nova abordagem para dar resposta às questões globais atinentes à paz.

No final da primeira guerra mundial, foi criada a liga das nações para evitar futuras guerras. No fim da segunda guerra mundial, surge a Organização das Nações Unidas para promover a paz na era pós guerra.

Após a guerra fria, o mundo entrou num período de incertezas a que eu ousaria apelidar de “a pandemia das incertezas”, assistindo-se a uma periclitante busca de reequilíbrios e ajustamentos de poder. De um mundo bipolar, passou-se a um mundo unipolar e hoje estamos perante a emergência de uma ordem multipolar marcada por factores de instabilidade, em que países colidem para ter mais hegemonia, se denota

extraordinária pressão sobre os recursos energéticos e uma lógica economicista sobrepondo-se às soluções sociais.

A crise financeira e económica no ocidente e o vácuo ideológico do mundo comunista estão gerando novas ideias, novos paradigmas e uma clara reestruturação das instituições internacionais. Estamos falando de uma crise global multifacetada.

É neste contexto de incertezas que nasce a CPLP, tendo como um dos pilares fundamentais a concertação político-diplomática, norteadada pelos princípios da salvaguarda da paz, da

irmandade e solidariedade entre os povos.

Uma CPLP multidimensional, que representa uma grande diversidade cultural e civilizacional e assimetrias entre os povos que a integram.

Não sendo a CPLP uma organização regional, os países membros fazem parte de diversas sub-regiões, em algumas das quais persistem tensões políticas, conflitos armados, deslocados de guerra, cujas populações se encontram abaixo do índice de desenvolvimento humano.

Excelências,

É perante este espectro que importa reflectir sobre a edificação da paz. No

caso vertente, sobre o papel que a Assembleia Parlamentar da CPLP poderá desempenhar na estabilidade interna dos países membros e na adopção de mecanismos para a prevenção de conflitos.

A responsabilidade colectiva é um dos valores essenciais que pode ser eleito para fundamentar o relacionamento global, o que se traduz num efectivo apelo a todos os actores a serem responsáveis e nos orienta para o estabelecimento duma parceria tácita de permanente articulação e concertação, propícia a uma efectiva interdependência dos interesses em jogo.

Quero com isto dizer que, a anteceder mesmo a existência de leis regendo a conduta dos indivíduos, o censo comum deve orientar-nos para a garantia de um ambiente saudável, em que prevaleça o exercício do contraditório democrático, da democratização interna dos partidos políticos, da democracia participativa, envolvendo os segmentos determinantes da sociedade civil, mormente a juventude e as mulheres.

A paz duradoura não pode ser sustentável se no seio das camadas sociais não houver a mitigação dos diversos males que enfermam a sociedade, como a miséria, a doença,

a injustiça e a privação de direitos e liberdades.

Importa construir a paz a partir dos mais desfavorecidos e isto equivale a uma busca constante de relações de reconhecimento mútuo, que respeite as liberdades e garantais, a dignidade e a diversidade, num mundo liberto de exclusão e abandono.

A edificação da paz implica a adopção pelos Estados e governos de políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida das populações e o bem-estar, por antecipação dos conflitos gerados pelas desigualdades sociais.

Continua, pois, sendo actual o “slogan” da Campanha de

Solidariedade lançada em 2006 e 2007 on line: *“Recusar a miséria, um caminho para alcançar a paz”*.

Excelências,

São Tomé e Príncipe, país que emerge no palco das nações num complexo processo de luta pela independência nacional, não tem experiência de guerras. A nossa relação com a paz, faz de nós um país que prima pela convivência pacífica, pela não ingerência e pela solidariedade internacional e uma saudável relação de vizinhança. Assim, STP aderiu aos vários mecanismos de prevenção de conflitos e participa de forma inequívoca nas instâncias de

promoção de uma paz duradoura mundial.

O Estado São-tomense é um Estado de Direito democrático, em que são salvaguardados os direitos e liberdades fundamentais.

A este respeito, importa ainda referir que, numa perspectiva de atenuar os desequilíbrios geradores de relações de conflitualidade, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituíram um importante instrumento de mobilização de recursos na luta contra os obstáculos e constrangimentos do desenvolvimento humano.

As estatísticas disponíveis indicam que houve progressos significativos

face às metas estabelecidas nos domínios da educação, saúde infantil e mortalidade materna. No entanto, os desafios ainda são enormes no que respeita à redução da pobreza e aos riscos inerentes à inversão da tendência de consolidação dos progressos alcançados.

A adopção do Plano Estratégico para o Desenvolvimento constitui a base para a definição da visão comum no horizonte de 2030 que visa mobilizar todos os Santomenses em torno da estabilidade política e a realização de progressos para o desenvolvimento nacional.

Excelências,

A paz não é feita, conquistada e usufruída por uma única pessoa, porque ela é um bem comum e existe segundo o modo de ser e estar de uma comunidade específica, pese embora se tomar em devida consideração a especificidade do quadro psíquico de cada um dos seus membros.

Evidentemente que é salutar que cada ser humano desfrute duma paz interior para ser capaz de conviver com os outros.

É importante inculcar a cultura da paz e desenvolver a capacidade de reconhecer e valorizar as diferenças e sermos dialogantes e tolerantes. Cada

um de nós pode influenciar, com a sua maneira de agir, o grupo de pessoas que nos cercam a serem construtoras da paz.

Excelências,

É desta forma que se encontra fundamento para a edificação da Paz pela Responsabilidade Colectiva, o que se traduz pela imperiosa necessidade de cada um de nós, enquanto pessoa comungando o respeito pela diferença, seja capaz de dialogar, procurando pela fraternidade desenvolver e promover o bem-estar comum.

Ao propósito, quando o sueco Alfred Nobel instituiu o Prémio Nobel da Paz, a intenção prendia-se com a

iniciativa de galardoar pessoas que se distinguissem pelos seus feitos a favor da fraternidade e irmandade entre as nações, tendo em vista a prevenção das guerras e a manutenção e promoção da paz.

Desse modo, desde os primórdios do século passado se deu início ao processo de laurear anualmente individualidades com este perfil, sendo que o Comité Nobel tem, na maioria das vezes, laureado pessoas ou instituições vocacionadas para a promoção dos direitos humanos e da paz.

Excelências,

Uma das demonstrações da Edificação da Paz pela Responsabilidade Comum pode ser demonstrada com a criação ou adesão pela CPLP a mecanismos sub-regionais, regionais e internacionais de prevenção de conflitos, como por exemplo, dentre outros o COPAX – Comité da Paz para a África Central, (que engloba países como Angola, Burundi, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Tchad) e a Comissão do Golfo da Guiné.

A CPLP, enquanto comunidade linguística, deverá consentir esforços

para o aprimoramento de maior solidariedade e, sobretudo para que a cidadania seja um veículo catalisador da irmandade e coesão entre os Estados membros.

A língua que falamos e de que tanto nos orgulhamos é o instrumento primordial para a edificação da paz, através de múltiplas manifestações, tendo subjacente o diálogo, que é a peça fulcral para que o entendimento prevaleça e, através dele, subsista a Cultura da Paz, no contexto mundial e na CPLP.

Consideramos que no contexto actual em que persistem tensões e alguma instabilidade, quer no interior dos Estados membros, quer no quadro

geopolítico mais alargado, a CPLP deverá ser promotora e mediadora na busca de soluções mais consentâneas possíveis.

Para terminar, gostaria de parafrasear o ilustre diplomata e escritor português, Padre António Vieira, que via o mundo como a pátria de todos, enraizada em valores ecuménicos. Dos cristãos aos judeus e, destes, aos muçulmanos, dos mais fracos aos mais poderosos, todos tendo a voz e a vez de participar no processo de desenvolvimento e do progresso.

Muito Obrigado

